

Copyright © TERRITORIAL 2008

CAPA

LUIZ FERNANDO DE SOUZA E SILVA

PROJETO GRÁFICO/EDITORIAÇÃO

CLAUDIO R. MARTINI

APOIO EDITORIAL E REVISÃO

ENEIDA RAMALHO DE PAULA

ISBN: 978-85-89360-05-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

GEOGRAFIA SEMPRE

O Homem e seus Mundos

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro

Campinas: Edições TERRITORIAL, 2008

EDIÇÕES TERRITORIAL

Av. Papa João Paulo I, nº 1122 - 13 101.506 Campinas - SP

Fone/fax: 55 19 32516376



Índice

Prefácio

7

PRIMEIRA PARTE

13

Conjecturas Geográficas

Capítulo 1 A Geografia Brasileira entre os séculos XX e XXI

15

Capítulo 2 A Geografia Sempre. O Homem e seus Mundos

43

Capítulo 3 Mudanças nas Relações Sociedade-Natureza e seus Reflexos na Geografia

73

Capítulo 4 Da Região ao Geossistema. Geografia Física e Contemporaneidade

101

Capítulo 5 A Cidade como Reflexo da Relação Homem-Natureza. Limitações do Planejamento

125

SEGUNDA PARTE

149

Espaço Geográfico e Arte

Capítulo 6 O Pacto das Veredas Mortas

151

Capítulo 7 O Homem Arcaico e a Sacralização da Terra

173

Capítulo 8 A Pintura de Miguel Dutra (1810-1875) e o seu Significado Geográfico

195

Referências Bibliográficas

217



CAPÍTULO 4

Da Região ao Geossistema. Geografia Física e Contemporaneidade *

A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo.

MERLEAU-PONTY

O que significa o mundo? O que significa EU no mundo? Doloroso mesmo é a beleza do mundo que parece transbordar de minha vida finita, que, em momentos especiais parece tocar a ETERNIDADE.

JORGE LUIS BORGES

Do filósofo Merleau-Ponty, ao registrar o ver o mundo como algo mutante que requer permanente reaprendizagem depreende-se que se essa tarefa é objetivo básico da FILOSOFIA, dentre o variado espectro do conhecimento a GEOGRAFIA guarda uma íntima relação com a “matriz do conhecimento” ou seja, a própria Filosofia.

* Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 14 de dezembro de 2005 e relocalado no Rio de Janeiro em 20 de janeiro de 2006.

A amplitude semântica do ver abrange ou é ponto de partida para descrever, compreender, interpretar, representar e até mesmo construir já que, dentro de suas limitações o Homem sente, ao alcance do seu arbítrio. Assim, como assinala o artista Jorge Luis Borges, o eu no mundo (o genérico antropocêntrico na imensidão do universo) requer a consideração do coletivo social, ante a vastidão do espaço (a imposição de escalas) e a evolução do tempo (condicionamentos da evolução histórica).

Da perspectiva espacial-escalar o ponto de partida é o Homem/s e o seu/s lugar/res. Já houve tempo em que a Geografia era apontada como a ciência do/s lugar/res. Variação escalar que partindo do ponto, local, amplia-se: regional, nacional, continental, planetário, universal. A Geografia – na sua concepção mais remota de “descrição da terra” – constitui-se no ramo do conhecimento (episteme) que promove a compreensão (aquele VER inteligente que não é um simples OLHAR mecânico) do HOMEM (sociedade) e o ponto de partida do seu LUGAR (natureza), ao qual ele, ao longo do tempo, vai ativamente derivando (alterando, acrescentando, mudando, transfigurando, etc.).

Ao longo de sua trajetória histórica (Tempo) a evolução desse conhecimento incessantemente requereu a consideração das mudanças de tal modo que os fatos, os fenômenos e até mesmo o objeto específico do estudo “geográfico”, foi também se alterando. Temas e fenômenos geográficos vigentes em um determinado tempo histórico de uma sociedade limitam a tradicionalidade e adquirem novas roupagens e novos alcances. Por isso a evolução do pensamento geográfico enseja a identificação de sucessivas novas geografias.

Deixando de lado toda a longa trajetória histórica do Homem na Face da Terra e atendo-nos ao último século – com sua inigualável carga de mudanças científico-tecnológicas –, após uma série de “revoluções” e “novas geografias”, adentramos o século XX na vigência de uma imensa crise histórica.

Uma cabal demonstração desse fato é constatável na própria temática do presente evento centrada em *Regionalização e Análise Regional – Perspectives Temáticas e Abordagens Contemporâneas*. Uma das temáticas basilares no advento da Nova Geografia instituída na passagem dos séculos XIX para o XX, notadamente na Escola Francesa (Vidal de la Blache), abalada no meado do século recém-findo, e que, embora não abandonada, assume na contemporaneidade atual novas roupagens e

novos alcances.

A presente sessão consagrada ao tema: DA “REGIÃO” AO “GEOSSISTEMA”: *Geografia Física e Contemporaneidade* é da maior relevância, sobretudo porquanto a sempiterna dicotomia natural-social encontra-se terrivelmente ampliada no momento presente⁴⁸, sobremaneira entre nós, no Brasil.

A tarefa de confrontar a “vestimenta antiga” (região) com a “moderna” (geossistema) requer algumas considerações introdutórias, necessariamente eivadas de abstrações e generalizações teóricas, para aligerar as concepções conceituais dos fatos em foco. Isso posto proponho-me a projetá-las no espaço geográfico brasileiro como campo de aplicação prática.

Há de se considerar que, enquanto a abordagem “regional” entre nós já é passível de revelar uma certa “tradição”, aquela “geossistêmica” ainda não se constitui em prática consumada. Exibidas as particularidades entre as duas estratégias, tanto em virtude das mudanças no tempo histórico quanto nos processos atuantes e nos instrumentos de análise disponibilizados pelos avanços científico-tecnológicos, vou atrever-me (mais uma dentre as várias vezes que já o fiz) a advogar em prol da unidade contra o eterno mal-entendido da dicotomia natural-social na Geografia.

Creio que para a delicada tarefa de comparar as abordagens “regionais” e “geossistêmicas” na definição dos complexos geográficos espaciais impõe-se a consideração introdutória de alguns vieses importantes. São eles: 1) a ordem de grandeza espacial, ou seja, a configuração taxonômica; 2) o grau de complexidade ou simplicidade; 3) a adequação das escalas de abordagens; 4) as estratégias no estabelecimento de limites.

Para economizar o tempo de exposição oral e facilitar a compreensão vou permitir-me aqui a exibição de alguns esquemas, alguns deles muito rudimentares, outros mais complexos, materializados em transferências retro-projetadas em tela. Tal material é extraído do acervo acumulado em material didático por mim utilizado em aulas, em palestras e extraído de obras publicadas, configurando um acervo acumulado ao longo da minha trajetória de aprendiz de geógrafo militante durante a

⁴⁸ Um marco importante no registro deste pernicioso divórcio poder ser tomado como a fundação, em 1984, em Rio Claro-SP, do *Simpósio de Geografia Física Aplicada*, realizado bianualmente com crescente sucesso (MONTEIRO, 1989).

segunda metade do século XX, recém-findo⁴⁹.

Para principiar a argumentação proponho aqui um esquema (Figura 06) de generalização muito ampla onde o caráter geográfico associa-se intimamente ao antropológico, quicá mitológico, pretendendo figurar o passo inicial na tarefa do assentamento humano (fenômeno geologicamente recentíssimo) na face da Terra. Nota-se aí uma configuração tripartite entre: (a) o assentamento concentrado num dado "sítio"; (b) o espaço utilizado para o sustento da comunidade (a partir de seleção de vegetais cultiváveis e animais domesticáveis); e (c) uma reserva de natureza ainda ampla posto que explorada em seu início. Assim, recém-conquistada, é ainda abundante, embora não bem entendida, temerosa, misteriosa, perigosa, constituindo-se num CAOS em franco contraste e oposição ao espaço conquistado, onde o grupo se sente em "abrigo" numa conjugação social construtora de um COSMOS. Assim, por entre o espaço conquistado – de onde provém a base econômica a partir do "gênero de vida" do grupo social, — contrastam e opõem-se os domínios do SACRADO (social) e do PROFANO (natural).

Num maior grau de arbitrariedade e ousadia quis antepor a essa configuração ARCAICA ou inicial, aquela contraposição atual, MODERNA (soleira da nova modernidade que se instala na virada dos séculos XX e XXI). Notaremos a grande metamorfose que se produziu na face da Terra pela participação ativa do poderoso agente humano. Os embriões urbanos não só se multiplicaram como cresceram, agigantaram-se (soldaram-se em metrópoles e mesmo megalópoles) aliando grandes conquistas positivas a outras tantas perdas, a ponto de promover uma inversão naquela situação inicial. A cidade cádtica tornou-se o domínio do PROFANO enquanto a natureza, ainda não cabalmente conhecida mas já bastante avariada, passa a adquirir foros do SACRADO, para o que se conclama a preservação para assegurar a salubridade (oposta à poluição urbano-industrial), o lazer, o turismo, etc...

É evidente que essa figuração indistintamente maniqueísta é exagerada! Mas ela parece-me útil e necessária para que, numa visão mais lenta, historicista, permita-nos constatar que o próprio e o normal

⁴⁹ Faço questão de deixar bem claro que me considero um profissional de trajetória acadêmica já encerrada, motivo pelo qual recorro aqui a um gráfico representando a linha do tempo ao longo do século XX para situar minha posição cronológica no decurso dos eventos capitais na política, ciência e geografia (Figura 1). Atualmente, nos meus 78 anos de existência e meio século de militância geográfica, se ainda não del por completamente encerrada a minha atuação, permito-me encerrar a Geografia como um todo projetado no quadro geral da Epistemologia das Ciências, e considerar-me um tardio estudante de Filosofia.

são as MUDANÇAS. Não é sem razão que a Geografia, ao instituir-se como ciência, adotou o princípio básico da "mobilidade terrestre" que nada mais é do que a incorporação de uma remotíssima raiz no preceito de Heráclito de Éfeso (450 aC) segundo o qual tudo no universo está em estado de fluxo (PANTA REI).

Na impraticabilidade de preencher historicisticamente o espaço temporal entre os dois extremos contrastantes do nosso esquema (Arcaico – Moderno) coloquemos, a título de exemplo, uma "pitada" de Século XIX, evocando o problema das distâncias e o progresso nos meios de transportes. Relembremos von Thunen (1783-1850) e sua teoria do "Estado Isolado" (Der Isoliert Staat) produzida por ele no momento em que as diligências estavam para ser substituídas pelas ferrovias⁵⁰. Essa engenhosa teoria, que foi uma significativa pioneira na evolução das teorias ditas "locaionais" na Economia, serve magistralmente a ilustrar as alterações decorrentes do crescente progresso nos sistemas de transportes compensando distâncias espaciais por rapidez temporal. Com esse exemplo podemos ter uma clara idéia da situação na atual "modernidade" advinda nos sistemas de transportes e sobretudo naqueles das comunicações.

Após essa elocubração teórica sobre a importância das mudanças tempo-espaciais é necessário considerar as grandes diversidades que se configuram não somente nos arranjos naturais na face da Terra como, sobretudo, nos diferentes grupos sociais que se distribuem em diferentes grupos raciais, culturais e econômicos. O que nos remete a abordar os primeiros grandes fatores básicos à nossa consideração geográfica: a ordem de grandeza associada ao grau de complexidade na configuração natural-social definidora de unidades geográficas.

Na realidade de hoje há uma enorme disparidade entre as sociedades em diferentes países econômica e culturalmente desenvolvidos, hegemônicos no poder mundial, enquanto remanescem comunidades ditas "primitivas". Se estas já se distanciam do esquema primitivo (Europaeus, Norte-americanos), os nossos yanomami e outros grupos indígenas ainda se inserem no primeiro. Ao mesmo tempo é indispensável notar que a "face da Terra" assume arranjos e feições as mais variadas, oferecendo diferentes possibilidades aos grupos humanos, desde as mais benéficas e ricas ao lado das mais hostis e dificultosas à ação do homem.

⁵⁰ Embora o uso de trilhos tenha ocorrido em atividades mineradoras desde o século XVII, em tração humana, e facilitada pela tração animal no século seguinte, a utilização do vapor — evoluída progressivamente na primeira metade do século XIX — só viria a consagrar-se na Europa e Estados Unidos a partir de 1850, ano da morte de von Thunen.

Tratar de REGIÃO é, na Escola Francesa, recuar ao início da instalação da Geografia como Ciência já que suas bases serão bancadas pelos alemães (Humboldt e Ritter) ao sopro do idealismo de Kant e, a partir daí, aceita ou descartada à medida que progride o conhecimento geográfico.

O ponto de partida da observação geográfica mobiliza o conceito de PALSAGEM - em um passado bem próximo descartado como verdadeira heresia. Creio que para a boa percepção da Região é imprescindível relembrar o conceito geográfico de paisagem - usada tanto pelos franceses (*paysage*) quanto pelos alemães (*Landschaft*). A idéia de paisagem surge não pela imobilidade de um quadro na parede, produzido por um artista, mas como algo capaz de expressar aquele OLHAR dinâmico que não é simplesmente o ato fisiológico de *ver*, mas de perceber-se de um todo complexo contendo ou expressando a íntima associação no estado atual de uma natureza "produzida" pelo homem, ele também natureza.

É desapontante encontrar em geógrafos da atualidade a idéia de que paisagem é algo essencialmente "estático" e que o espaço é que seria dotado de todo o dinamismo. A paisagem, na concepção de Vidal de la Blache, jamais foi considerada como o fato fundamental tornado objeto de estudo geográfico mas um ponto de partida para a observação, um meio de análise a partir de observação direta no trabalho de campo. Seria uma heresia ou um absurdo querer considerá-la como uma foto, que expressaria a idéia oposta ao tudo flui de Heráclito de Éfeso; o dinamismo estaria para ser percebido na seqüência do filme (conjunto serial de fotos) movido mecanicamente.

Além do "estatismo" outro absurdo seria tomar a paisagem como um lugar "isolado" do conjunto no qual se insere. Daí o fato capital de que a visão lablachiana acompanhe o lugar (um dado ponto na superfície terrestre) do conceito de meio, mais abrangente, no qual o homem, ou o grupo social exerce o seu "gênero de vida". É extremamente importante notar como esses conceitos vão reviver reativados - não simplesmente repetidos - na Teoria Geral dos Sistemas, como aqueles de núcleo e ambiente, enquanto a singularidade do "gênero de vida", acompanhada dos mais variados e adiantados progressos tecnológicos, irá compor o complexo da produção. Enquanto isso os insumos (inputs) não serão

Juntando-se estes dois atributos (grandeza e complexidade) resulta o problema crucial na análise geográfica que é o problema de ESCALA, sobre o qual incide (ou do qual resulta) o problema dos LIMITES. Se cada lugar (localização) vai até certos pontos (extensão) torna-se necessário assinalar as fronteiras ou limites. Por vezes eles se apresentam fáceis, passíveis de serem representados com segurança mediante o traçado de LINHAS; outras vezes eles são difíceis de se perceber, admitindo interpenetrações, gerando interfaces às quais assenta melhor a sugestão de uma FAIXA. Admitindo a indissociabilidade espaço-tempo temos de considerar ainda o permanente estado de mudanças, fluxos, flutuações. Para tornar mais clara essa advertência relembro aqui o esquema do mestre Ab'Saber (1963)²¹, sobre os Domínios Morfoclimáticos e Províncias Fitogeográficas no Brasil, onde os limites não são demarcados em linhas mas sugeridos em faixas, consideravelmente largas, com clara admissão de interfaces. Tal procedimento, de cunho "espacial", viria a ser posteriormente enriquecido com aquele temporal, constatando que, durante as oscilações climáticas neogênicas, produziram-se oscilações espaciais naquelas províncias ocasionando as interpenetrações e geração de refúgios²². Nota-se que o autor utiliza "domínios" e "províncias" posto que, como geógrafo, descarta o termo "regiões" que, obrigatoriamente, teria de incluir as componentes humanas (socioeconômicas).

Não se venha a imaginar que, na delimitação dos espaços naturais, só se possa utilizar a prudência de sugestões de espaços, enquanto aqueles humanos - sociais seriam os únicos que, à base de quantificação estatística, dispõem de segurança para o traçado de linhas. Num caso e noutro tanto é possível o traçado de "isolinhas" quanto admitir "faixas" transicionais.

Assinaladas essas premissas podemos conjecturar sobre os conceitos de REGIÕES e GEOSSISTEMAS. Muito embora procurando dirigir tal enfoque para o caso brasileiro, será necessário relembrar - embora rapidamente - as matrizes acadêmicas geradoras desses paradigmas geográficos.

²¹ AB'SABER, A.N. Domínios Morfoclimáticos e Províncias Fitogeográficas no Brasil. In: ORIENTAÇÃO, nº 3, pp. 45-48. São Paulo, Instituto de Geografia da USP, março de 1967.

²² A este propósito assinala-se o intercâmbio de idéias e cooperação entre o geógrafo Ab'Saber e os biólogos Keith S. Brown (americano) e Paulo Emilio Vanzolini (brasileiro). Veja-se, a propósito, as obras AB'SABER, A.N. & BROWN, Keith S. "Ice-Age Refuges and Evolution in the Neotropics: correlation of paleoclimatological, geomorphological and pedological data with modern biological endemism". In: PALEOCLIMAS, nº 5, Instituto de Geografia da USP, São Paulo, 1979. E mais: AB'SABER, A.N. "Teoria dos Refúgios: origem e significado. In: ANAIS DO 2º CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSENCIAS NATIVAS (29.03 a 03.04.1992), pp. 29-34. São Paulo, Instituto Florestal de São Paulo.

exclusivamente aqueles oferecidos pela natureza, mas cada vez mais produzidos (melhorados, derivados, re-elaborados) pela mão do Homem. Acresce ainda levar em conta que na sua relação o lugar (a paisagem), inserido intimamente no seu meio, de nenhum modo estará isolado, mas dele recebendo múltiplas influências, tanto próximas quanto por vezes longínquas.

A passagem da "paisagem" à "região" é uma questão de ampliação da ordem de grandeza espacial. É uma porção da superfície terrestre, submetida à ação do homem, resultando num produto que se caracteriza por um jogo de complexidade de ações (interações, intercâmbios, combinações) capaz de dotá-la de uma conjuntividade que expressa uma "personalidade" própria.

Não é sem razão que um tal conceito emanaria da Europa Ocidental onde a morfologia continental, que é extremamente variada em estrutura geológica, unidades morfológicas, com uma fragmentação em penínsulas de variadas formas e tamanhos, prestou-se a uma "compartimentação" variada à qual se associaram estoques raciais e étnicos, diferenciados em cultura. Talvez nenhum país europeu apresente tanta individualização regional quanto a França que, além dos fatos apontados, acrescenta línguas, sotaques, vestimentas, artesanatos, folclore e até mentalidades "características".

A partir dos fundamentos da escola francesa os discípulos e futuros mestres foram acrescentando, retocando, enriquecendo a noção de região. Os estudos regionais constituíram-se numa das significativas contribuições dessa escola. Um dos melhores exemplos de estudo regional deveu-se a Emmanuel de Martonne, na obra "*La Valachie: essai de monographie géographique*", Paris, Armand Colin, 1902⁵³. É necessário admitir também que, malgrado toda uma caracterização peculiar, obras rotuladas como de Geografia Regional constituíram-se antes em coletâneas de abordagens temáticas sobre uma dada região. Sobre tudo quando se tratava de coletâneas onde diferentes autores tratavam separadamente de cada tema. Eram como que "bolos em camadas".

Talvez a melhor maneira de traçar uma visão de estudos regionais seja apreciando seu desenvolvimento no Brasil, embora delimitado ao

decorrer do século XX. Com o auxílio de alguns esquemas projetados talvez seja viável (e proveitoso) proceder a esse "retrolampo" (Figura 7).

Tomou como marco expressivo a Divisão Regional do Brasil realizada em 1941, pelo Conselho Nacional de Geografia do IBGE, de autoria do geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães⁵⁴. Ele precede sua proposta daquelas feitas anteriormente, num lapso de tempo do final do século XIX para o início do século XX⁵⁵. Todas elas – inclusive a de Guimarães – procuravam inserir os grandes conjuntos naturais identificáveis nas dimensões continentais do Brasil na grade dos limites administrativos dos Estados da Federação. Giravam todas elas em torno de que poderiam ser tidas como quatro ou cinco grandes regiões naturais.

Uma tal divisão era uma necessidade político-administrativa do Governo Federal para conduzir a administração. A criação do IBGE, ato da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937), visava, pelos seus três "conselhos" produzir: a) o sistema cartográfico (compartilhamento com as forças armadas); b) a rede de informações estatísticas e coleta de dados básicos (populacionais nos Censos a cada 10 anos), de produção agropecuária, industrial, etc. Enquanto a equipe de geógrafos (c) estruturada em Estudos Sistemáticos e Estudos Regionais era solicitada a produzir estudos de interesse às políticas públicas.

Nos anos quarenta, até o término da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), dizia-se ser a Geografia impregnada de *determinismo ambiental* e que este exalara o seu último suspiro com a publicação do *Urban Geography de Griffith Taylor* (1949).

Para nós brasileiros é preciso reconhecer que éramos ainda aquele "país essencialmente agrícola" vinculado à base de exportação de café, fumo, açúcar (culturas de sobremesa), com a população concentrada na faixa litorânea, vivendo mais ainda no campo que nas cidades, quando ocorria uma retomada da marcha para o Oeste – do Marechal Rondon (1910) para os sertanistas Villas Boas – conquistando espaços onde viviam comunidades indígenas⁵⁶.

Quase ao findar-se a grande guerra, em Bretton Woods (1944), os Estados Unidos da América assumem – em sucessão à sua ex-metrópole,

⁵³ GUMARÃES, Fábio M.S. *Divisão Regional do Brasil*. In: Rev. Brás. De Geografia. Ano III, nº 2 - pp. 318-373. C.N.G.-IBGE, Rio de Janeiro, julho, agosto, setembro 1941.

⁵⁴ As mais remotas de André Rebouças e Elicéu Reclus são do século XIX, seguindo-se aquelas de Saïd-Ali (1905); Delgado de Carvalho (1913); Pierre Denis (1927).

⁵⁶ Minha geração, então adolescente, acompanhava entusiasmada na Revista "O Cruzeiro" as façanhas dos irmãos Villas Boas descobrindo Xavantes, as comunidades do Xingu, etc.

o Reino Unido – a hegemonia na economia mundial enquanto os aliados passarão à “guerra fria” com a até então aliada URSS, na batalha entre Capitalismo e Comunismo. No meado do século passado grandes mudanças ocorreram sobretudo na “economia política”. Na Geografia o determinismo econômico tomou o lugar do ambiental. O Congresso da UGI, em Washington (1952), pode ser tido como um marco dessa mudança. Nesse meado de século surge nos Estados Unidos uma “Regional Science”, conduzida sob um viés econômico, por engenheiros, planejadores, que irá fincar os fundamentos da futura “revolução quantitativa”.

Em 1956, para a realização do Congresso Internacional de Geografia, sediado no Rio de Janeiro (pela primeira vez no hemisfério Sul), os “livros guias” das cinco grandes excursões proporcionadas aos participantes constituíram-se em interessantes abordagens, onde o cunho regional seria mais legítimo do que a grande edição lançada em 1965 pelo IBGE: *Geografia Regional do Brasil* – 5 volumes.

Sem que se houvesse percebido, três anos antes do congresso da UGI, um geógrafo americano de origem alemã, já vitimado pelo câncer, lançara um veemente protesto contra o Excepcionalismo na Geografia⁵⁷. Dentre o grande rol de críticas acerbas ao fazer geográfico de então, sobretudo à visão metodológica de Hartshorne, estava a condenação dos estudos regionais porquanto em vez de extrair leis gerais (o próprio da ciência) procurava-se unidades de “personalidades próprias”, originais, diferenciadas das demais.

Acolhida ardentemente no IBGE e no Departamento de Geografia de Rio Claro-SP, as revoluções ditas teóricas e quantitativa expandiram-se pelo Brasil afora, embora enfrentando discordâncias e críticas. Foi como um rasilho de pólvora que passou rápido, fez sucesso mas acabou esgotando-se sob o advento de outras revoluções. Atualmente pertence ao passado, à história do pensamento geográfico.

À medida que as preocupações econômicas cresciam nas análises geográficas aumentavam as sondagens sobre as vidas de relações: cidade-campo, redes de cidades (fomentadas entre nós desde o final dos anos cinquenta pelo francês Michel Rochefort). As teorias locacionais na economia – incluindo aquela do geógrafo Christaller – ganhavam corpo e os geógrafos passaram a incorporar o estudo das “microrregiões homogêneas” à base dos limites municipais.

A hegemonia da ciência econômica entre nós eclipsou o papel que a Geografia vinha exercendo junto ao poder público. E há um fato extremamente significativo que, malgrado não muito registrado e acentuado, eu gosto de sublinhar. Em 1968⁵⁸, ao publicar a coletânea de cartogramas intitulada SUBSÍDIOS À REGIONALIZAÇÃO⁵⁹, o IBGE reconhecia os geógrafos da sua Divisão de Geografia como coadjuvantes dos economistas do IPEA, a quem passava a atribuição de proceder à divisão regional do País.

Essa coletânea de mapas pode ser tida como um marco significativo da entrada do determinismo econômico na geografia feita no Brasil: a virada dos anos sessenta aos setenta contém, na produção do IBGE, alguns artigos (publicados na Revista Brasileira de Geografia) que esclarecem bem essa “transição”. De um lado há um artigo de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (1966), rotulado “Geografia e Poder Nacional”, registrando o caráter ideológico a nortear a geopolítica no período da intervenção militar⁶⁰. De outro, dois artigos de Pedro Pinchas Geiger, diretamente voltados ao problema da regionalização e a importância da economia. São eles: *Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas chamadas Regiões Homogêneas*, na Revista Brasileira de Geografia, Ano XXIX, n.º 2, pp. 59-64 – Rio de Janeiro, IBGE-CNG, abril/junho de 1967 e *Divisão Regional e Problema Regional*, no mesmo período, ano XXXII, n.º 2, pp. 157-170 – Rio de Janeiro, IBGE-CNG, abril/junho de 1970.

A entrada triunfal das técnicas quantitativas no decorrer dos anos setenta fomentaria mais ainda as preocupações de sobrepor a quantidade à qualidade, bem como sobrepor a estrutura à gênese dos fatos geográficos. As cidades - submetidas às técnicas puramente quantitativas – como por exemplo as análises factoriais e de agrupamento – promoviam associações espúrias entre cidades de diferentes regiões que não guardavam qualquer afinidade genética, qualitativa e processual.

Os anos oitenta iriam assistir à eclosão de uma nova “revolução”, agora dita de “crítica radical”, claramente proclamada na reunião da

⁵⁷ Retenha-se aqui que esta data coincide com o advento da noção de GEOSISTEMAS, idéia convergentemente surgida ao mesmo tempo nos Pirineus (França) e Sibéria (URSS). Além do que este ano inicia o quinquênio fatal (1986-1973) caracterizador do “turning point” (ponto de mutação) (CARRA, 1982) que, em minha opinião, é o princípio da nova “modernidade”.

⁵⁸ Essa publicação, apresentada em brochura de 27x30cm, com 205p., com mapas, cartogramas e tabelas, em cores, é apresentada pela geógrafa Marília Gosling Velloso Galvão (1966).

⁶⁰ Trata-se do texto de uma conferência da geógrafa Lísia Maria Cavalcanti Bernardes na Escola Superior de Guerra e publicada na Revista Brasileira de Geografia, ano XXXIII, n.º 3 – pp. 267-281 – IBGE-CNG, Rio de Janeiro – julho/setembro de 1966.

Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) realizada em Fortaleza em 1978. Se a carga ideológica (marxismo, justiça social) serviu para evocar a importância dos processos históricos e advogar contra as imensas desigualdades sociais (no mundo e nos países), por outro lado, afastou-se da questão ambiental, tida por uns como cortina de fumaça para afastar o foco da questão social. Embora alguns adeptos da radicalidade se tenham interessado pelos problemas ecológicos, boa parte ainda considera a questão ambiental como uma falsa questão na Geografia.

O que não deixa margem a dúvidas é o fato de que, ao final do século XX, não era mais possível considerar-se o conceito de região nos mesmos moldes da visão lablachiana, porquanto mesmo nos países subdesenvolvidos a subsistência dos caracteres “naturais” já não se mantinha prevalente, enquanto o poder do capital, do poder econômico mundial, das novas tecnologias, possibilitadas pelo desenvolvimento científico e, sobretudo, os enormes acréscimos na capacidade das comunicações, introduziram outras variáveis extremamente importantes nas configurações dos espaços geográficos.

Aquela carga de relações e interações aumentaria de muito a condição de complexidade que já era considerada desde a Blache, e acentuada pelas gerações seguintes. O que complica a questão é que a discussão sempre foi acompanhada por uma nebulosa conceitual, agravada pelo fato de que conceitos vernaculares, próprios do senso comum – integrados com ênfase na análise geográfica – passaram a ser submetidos a metamorfoses. O conceito de ESPAÇO, uma elementaridade na Física e de sentido bem preciso na Geometria, passou a ser encarado por alguns geógrafos, voltados ao econômico e social, como algo extremamente complicado, quicá esotérico. Enquanto os derradeiros anos do século XX assistiam a uma “destruição” do conceito de “espaço”, os primeiros do século XXI estão principiando a testemunhar aquela outra do conceito de “território”⁶¹.

Chegamos assim à soleira da nova modernidade em dificuldade para adequar as estratégias de análise à compreensão daquilo que é tido como a “organização” da superfície terrestre na sua configuração ideal. A desaprovação da REGIÃO ainda não pode ser tida como reprovação porquanto ainda não se evidenciou um procedimento mais adequado. Disto o GEOSISTEMA ainda se constitui numa promissora possibilidade.

GEOSISTEMAS

Um dos possíveis testemunhos na grandiosidade das mudanças que se produziram no mundo no decorrer do século XX pode bem ser tomado pelas diferenças de oportunidades e estratégias para caracterizar uma das tarefas fundamentais da Geografia em exibir amostras válidas do que consiste a “organização do espaço”. Para entender as diferenças entre os momentos históricos de produção das “regiões”, no início do século XX, e dos “geossistemas”, no seu final, será necessário ter uma idéia das substanciais e profundas mudanças ocorridas.

Recorrer aqui à retomada de um exemplo a propósito do que foi dito atrás sobre a compartimentação da Europa Ocidental e sua predisposição a aglutinar condições geradoras de regiões bem definidas. Se deixarmos aquele momento rotulado de “arcaico” associado à Idade Média, quando da geração de nações resultantes da queda do Império Romano e advento dos bárbaros, conquistando os espaços da floresta temperada, e avançarmos para a Renascença e as Grandes Navegações que ensejaram descobertas de “novos mundos” (novas terras, novos povos), estaremos incorporando o grande capítulo da “Colonização”. Esta se ramificou da Europa Ocidental para o mundo ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, continuou pelo XIX quando muitas colônias se emanciparam e com alguns retardatários chegando à África quando já se produzia a descolonização. Se focalizarmos o século XX, com suas duas grandes guerras, ensaio e queda do socialismo, ciência e tecnologia ajudando a promover a globalização, venemos, agora – na soleira do século XXI –, a preocupação em formar grandes consórcios econômicos entre os países, cujo melhor exemplo ainda é aquele da União Européia.

Além disso é imprescindível levar em conta o aumento da população mundial e a seriedade e volume dos ataques perpetrados sobre os recursos naturais a ponto de principiar a questão ambiental no Simpósio da UNESCO em Paris (1968) e, mais enfaticamente, no Congresso de Estocolmo (1972).

Uma significativa coincidência surgiu no ano de 1968 (início do “turning point” e da questão ambiental), a proposta de geossistemas ao mesmo tempo nos Pirineus, (França) com Bertrand, e na Sibéria (URSS), com Sotkhava; chegava assim à Geografia a Teoria Geral dos Sistemas

⁶¹ Seria o caso de quando a coisa entre os geógrafos estiver bem complicada, apelar para o Ferrandinho Beira-Mar – notório traficante de drogas – para explicar o que realmente é um “território”. Assim como cada banqueiro do jogo do bicho, os contraventores (ou criminosos) sabem muito bem lutar pela posse, conservação e ampliação dos seus “territórios”.

introduzida pelo biólogo von Bertalanffy no meado do século⁶².

Nesse confronto entre “regiões” e “geossistemas”, em nosso presente encontro, como velho professor, ocupei-me mais da “região”, deixando que a propósito do “geossistema” os colegas mais jovens deem mais atenção a ele.

A propósito de geossistemas já tive ocasião de publicar uma obra *GEOSSISTEMAS: a história de uma procura* (MONTEIRO, 2000)⁶³. Com isso vou restringir-me aqui apenas a alguns aspectos fundamentais.

a) O primeiro deles diz respeito à inclusão do homem no geossistema. Em seu artigo de 1968 Bertrand o rotula como tentativa de “Geografia Física Global”. Exatamente dez anos depois, em parceria com o russo emanado da equipe de Solchava (já falecido): BEROUTCHACHVILI⁶⁴, o tema é ainda apresentado como sistema territorial natural e os autores depõem sobre a enorme dificuldade em “antropizar” o sistema. Deve-se considerar que George Bertrand é biólogo de formação e estudioso da Biogeografia nos Pirineus. Exatamente no mesmo ano de 1978, ao participar de um Simpósio produzido por biólogos em São Paulo, ao contrário de Bertrand, eu admitia que era não só desejável mas obrigatório – para nós geógrafos – incluir o homem e sua participação ativa no geossistema. E cheguei a representar isso graficamente num esquema espaço-temporal (Figura 8). Não só tive ocasião de fazer alguma experiência nesse sentido, como acredito cada vez mais que não haverá dificuldade para um geógrafo humano, de inspiração marxista, em conciliar os paradigmas de geossistema com aquele da “formação social”.

b) Em seguida gostaria de apontar que em relação à ordem de grandeza, a aplicação do geossistema não se pode prender a uma rígida “taxonomia”, pois os fatos geomorfológicos são muito variados pelos diferentes continentes. A Bacia Parisiense, no continente europeu, está numa ordem muito inferior àquela da Bacia do Paraná-Uruguaí na América do Sul. Quanto à questão dos limites creio que, em muitos casos, teremos a insegurança que nos induzirá a optar pelo traçado de faixas.

⁶² Os primeiros artigos, datados ambos de 1950 são: BERTALANFFY, Ludwig von. *The Theory of Open Systems in Physics and Biology*. In: SCIENCE, nº 111 (1950), pp. 23-29; BERTALANFFY, Ludwig von. *An Outline of General Systems Theory*. BRITISH JOURNAL OF PHILOSOPHY OF SCIENCE, 1 (1950) pp. 139-164. E mais a edição brasileira da apresentação geral: BERTALANFFY, Ludwig von. (1968). *Teoria Geral dos Sistemas*. Tradução brasileira de Francisco M. Guimarães – 351p. Petrópolis, Vozes Ltda, 1973.

⁶³ MONTEIRO, C.A. de Figueiredo. *GEOSSISTEMAS: a história de uma procura*. 14x21cm - 127p. Ilustrado. São Paulo: Editora “Contexto”, 2000.

⁶⁴ BEROUTCHACHVILI, N. & BERTRAND, G. *Le Géosystème Territorial Naturel*. In: VER. GEOGR. DES PYRÉNÉES ET DU SUD-OUEST, v. 49, nº 2, pp. 167-80 – Toulouse, 1978.

A segurança das linhas teria, obrigatoriamente, de advir de uma mais acurada quantificação dos atributos, se bem que a solidariedade espacial continuará vinculada à qualidade genética.

c) Outro aspecto discutível é aquele da terminologia a adotar sobretudo considerando-se as subdivisões. No caso tradicional das regiões o problema era mais fluido porquanto segundo a intensidade dos atributos poder-se-ia distinguir sub-regiões; estas, por sua vez, em sub-sub-regiões, até que o caráter se isolasse nos dados locais. A terminologia utilizada por Bertrand – o geossistema dividia-se em geofácies e estes, por sua vez, em geótopos. No meu entender isso é uma questão de somenos importância. Tanto se poderia utilizar a terminologia sugerida quanto numeração ou outra estratégia (Figuras 9 e 10). Sem que eu pretendia depor no momento presente de uma razoável informação sobre o que se está fazendo no Brasil a esse propósito, tenho a impressão de que há variedade de adoções. Os colegas FREITAS & CUNHA⁶⁵, em seu estudo na bacia hidrográfica do Rio São João (RS), optaram pela adoção do termo “holon” como partes dos geossistemas.

d) Outra questão relativa aos geossistemas e em relação à qual não me detive na obra citada é aquela em que a “montagem” de um geossistema não pode pretender considerar todos os fatos possíveis de identificar sobre um dado espaço. Parece-me que ele só poderá funcionar se for tido como meio de resolver um problema definido. Seria impossível (e talvez inútil) pretender considerar a totalidade dos fatos naturais – antrópicos – em espaço e tempo dados, pois que a emergência do “problema” deve constituir-se mediante conexões, elos (“links”) entre fatos de natureza diferente. O que talvez fique mais esclarecido mediante a projeção da série de quatro esquemas (teóricos) numa análise de geossistema. (MONTEIRO, 2000).

e) Fechando a abordagem do Geossistema, declaro que continuo considerando que se trata de uma valiosíssima, uma promissora estratégia, ainda em franca elaboração, em fazimento (como diria o antropólogo Darcy Ribeiro), equivalendo ao termo dos anglofonos “in the making”. Poderá vir a ser um paradigma muito frutuoso, sobretudo se ele puder revelar-se capaz de vencer a maldição da dicotomia natural-social.

E, com isso, somos chegados ao cerne do tema que nos foi proposto.

⁶⁵ FREITAS, Marcos W.D. de & CUNHA, Sandra Baptista da. *Geossistemas e Gestão Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio São João (RS)*. In: CIÊNCIA E NATURA – UFSM – Centro de Ciências Naturais e Exatas. Edição Especial, 2004 – pp. 365-388.

Por mais que as estratégias metodológicas e técnicas tanto de “regiões” quanto de “geossistemas” se tenham esforçado para assegurar a “unidade” da Geografia, chegamos à soleira do século XXI num lastimável cisma que, entre nós, no Brasil, poderá ser marcado em 1984 com a estratégia de assegurar a prática da Geografia Física pela instituição dos Simpósios da Geografia Física Aplicada.

Embora me falte ânimo para continuar em minhas argumentações em prol desse caráter unitário⁶⁶, vou limitar-me aqui, ao tornar à questão, a apontar dois documentos que dispensam maiores considerações.

De um lado registro aqui a opinião de um dos nossos geógrafos que ao focalizar o tema “O Espaço Geográfico no mundo Atual” Ignez Costa Barbosa Ferreira, (1996) em artigo publicado na Revista Espaço e Geografia⁶⁷ proclama que, nesta era informacional, quando o meio deixa de ser natural para ser técnico e científico, o conhecimento produzido pela geografia se torna anacrônico. E conclui que sendo a natureza já “bastante conhecida e dominada” ... “o objeto de preocupação da Geografia se desloca, então do território para o espaço, que é eminentemente social...”. Tais assertivas dispensam comentários, sobretudo porquanto se trate de posturas muito comuns entre nossos colegas cultores de uma exacerbada “Geografia Humana”.

Em contraponto, permito-me exibir aqui a ficha bibliográfica de uma obra que encontrei (na manhã do dia 8 de junho deste ano de 2005) na livraria *Foyles* de Londres. Trata-se da obra *UNIFYING GEOGRAPHY – Common Heritage, Shared Future*, coletânea organizada por John A. Matthews & David T. Herber (2004), um da área de “física”, outro daquela de “humana”. Vários geógrafos britânicos participam dessa coletânea focalizando temas que, ao mesmo tempo, retomam temas considerados

antigos (para uns, ultrapassados por outros) – a “*common heritage*” – e exploram as novidades técnicas e os novos problemas que se delineiam para o *devenir* – o “*shared future*”: o trabalho de campo (tradição descartada) ao lado dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs); a valorização dos problemas ambientais e discussão da sustentabilidade; a revalorização dos conceitos de “paisagem”, “lugar” e estudos regionais; a importância de urbanização e das desigualdades mundiais, ambientais entre recursos, mudanças climáticas e vulnerabilidade humana, sem falar uma visão sobre o enquadramento político dos aportes geográficos. E sobretudo a conclusão geral, conjecturando sobre as possíveis alternativas para o futuro da Geografia.

Embora não tenha nenhuma aptidão para futurólogo, a situação presente, apoiada numa informação limitada, leva-me à impressão de que não há diretrizes definidas mas uma multiplicidade de tendências, o que torna difícil imaginar qual será o futuro da Geografia. Atrevo-me a concordar com a argumentação dos autores em foco segundo os quais se configuram três grandes vias: a) se a geografia se dilui em atacar os mais variados aspectos, inclusive exorbitando no enfoque dos problemas sociais, ela desaparecerá. Quem se propõe a saber tudo acaba não sendo nada; b) a separação entre físico e humano implicará fatalmente na bifurcação em dois campos disciplinares enfraquecidos. E eu ousaria acrescentar que a manutenção do lado “físico” teria mais oportunidade de sobrevivência porquanto as interpenetrações entre este campo com as ciências afins (Geologia, Meteorologia, Biologia) são bem mais equilibradas; c) ao que tudo indica, a sobrevivência e afirmação da Geografia seria um “retorno” – que não quer significar repetição mas revalorização – ao seu core que, sem dúvida, é a interação da Sociedade com a Natureza.

Não deixa de ser curioso que a geografia britânica, que teve tanta responsabilidade e destaque na deflagração das revoluções dias quantitativo-teóricas – e também na crítica radical –, venha agora penitenciar-se pelos exageros cometidos e repensar o valor das boas heranças, a oportunidade oferecida à análise geográfica pelos progressos científico-tecnológicos e prosseguir para o futuro como um campo “unificado”.

Este último item, no meu entender, é aquele único capaz de assegurar à Geografia a sua vinculação estreita com o tronco geral da sabedoria, ou seja, a Filosofia.

Refletindo sobre as diferentes maneiras de pensar sobre a linha

⁶⁶ Em várias oportunidades já abordei o problema, sobre o que destacaria as seguintes: MONTEIRO, C.A. de Figueiredo. *Les Orientations Actuelles de la Géographie Physique au Brésil*. In: L'ESPACE GEOGRAPHIQUE, n.º 3, pp. 204-204. Paris, 1989; O “FÍSICO” DA GEOGRAFIA: *Maisons, routes e Portadores*. (15,00 x 21,00cm). Folheto de 57pp. – ilustrado. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). Casa da Geografia da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – Fortaleza. Multigraf Editora, 1995; O “HUMANO” DA GEOGRAFIA: *De Centro à Totalidade*. Aula Inaugural dos Cursos de Geografia no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC – 12 de abril de 1999 (23pp.). Inédito; *Na encruzilhada da Crise Global: rumos caminhos e novos trilhos para a Geografia do Brasil no início do século XXI*. In: FORMACÃO, n.º 6 – pp. 41-54. Presidente Prudente, UNESP, 1999.

⁶⁷ UNB – Departamento de Geografia.

do tempo (Figura 4), poderíamos indagar-nos se essa atitude de volta seria algo como retorno ao primitivo ponto de partida, numa configuração de um círculo? Algo do “eterno retorno” de Nietzsche? Creio que seria, antes, a projeção temporal na espiral ascendente, na qual o ponto de encontro ocorre em correspondência paralela mas superior. A minha já longa “travessia” leva-me a crer que a seta do tempo mais conveniente não é aquela da seta em linha reta, num contexto delgado, continuamente impedido para frente, até o infinito. (Meta impossível para o homem finito). Creio no “tempo espesso” preconizado por Henry Bergson, no qual o tempo assume verdadeiro sentido e adequacidade à condição humana se o presente não ignora as aquisições positivas do passado e preocupa-se com aquelas projetadas para o futuro⁶⁸.

Reconhecemos que o período histórico que atravessamos – pela superposição de mudanças, com grandes aquisições e não menores perdas – é de uma exacerbada crise que afeta tanto a Ciência que impulsiona o mundo quanto a Filosofia que o interpreta. Cabe acreditar-se (a esperança) que desses momentos de caos é que advirão os novos cosmos transpondo irracionalidades (Ciência) e metafísicas (Filosofia). Para atravessá-la, talvez tenhamos de projetar nossa angústia e desencanto nos limites de nossa condição humana.

Para alcançar um fecho a estas já longas conjecturas parece ser mais adequado retornar aos filósofos e artistas – tal como procedi no início desta fala – para projetar a Geografia nesta condição de enigma do tempo e subversão do espaço que caracterizam a presente crise histórica.

A grande tarefa será, pois, aquela de repensar nossa condição de ser no mundo. Heidegger em sua obra clássica *O Ser e o Tempo* (1927)⁶⁹ já preconizara que:

“É preciso estabelecer uma explicitação autêntica do tempo como horizonte de compreensão do ser, a partir da temporalidade como componente do ser (Heidegger, op. Cit. p. 34).

Quando optamos pela noção de tempo espesso, bergsoniano, não estaremos seguros porquanto podemos nos defrontar com o raciocínio de

⁶⁸ Não esqueçamos que a noção de TEMPO está internamente ligada à CULTURA dos diferentes grupos humanos. Assim como, por exemplo, na cultura grega a concepção é cíclica enquanto na hebraico-cristã ela é linear.

⁶⁹ Utilizo aqui a tradução francesa, publicada pela editora Gallimard – L'ÉTRE ET LE TEMPS – 1965.

Santo Agostinho⁷⁰ em suas Confissões:

“Em que espaço medimos o tempo que está para passar? Será no futuro, donde parte? Mas nós não podemos medir o que ainda não existiu! Será no presente, por onde parte? Mas nós não medimos o que não tem nenhuma extensão! Será no passado, por onde parte? Mas para nós, não é mensurável o que já não existe” (idem, Cap. XI – p. 304).

Aqui, neste ponto, torna-se necessário refletir sobre a medida e o conteúdo do tempo e parece que o melhor a fazer é relembrar a sabedoria grega clássica onde a noção de tempo era vista sob o foco do *Cronos* – o tempo mecanicamente medido, aquele do relógio e seus antecessores – e do *Kairos* – tempo oportuno, aquele que expressa o conteúdo da dinâmica histórica.

Além disso, como foi lembrado atrás, a noção de tempo insere-se no contexto cultural de um povo, das diferentes sociedades humanas na face da Terra.

Assim sendo, a universalização (ou unidimensionalidade) do tempo – o tempo absoluto – não existe, posto que ele é simbólico e interpretativo para as diferentes culturas. O tempo atual das sociedades desenvolvidas, altamente tecnológicas, é matematizado, centrado no econômico, determinante de todas as construções mentais e reais. Nas sociedades não ou subdesenvolvidas, onde o tempo gira em torno de vencer a fome, a desnutrição e a doença, ele é muito diferente.

Quando passamos a refletir sobre o ESPAÇO deparamo-nos com outras grandes inquietações motivadas pelas grandes diferenças entre as percepções individuais – aquelas inerentes à condição humana e aquelas coletivas – das sociedades.

Aqui vale lembrar o mito de Janus, aquele da oposição entre a auto-afirmação (desejada) e a integração (obrigatória). E o homem na face da Terra, para construir o/s seu/s mundo/s, está enredado como “elemento” simultaneamente envolvido em dois conjuntos: o natural e o social. Prevalece entre nós o hábito de tornar o “humano” privilegiando a componente coletiva (social) e negligenciando (quicá descartando) aquela individual (condição humana). A visão materialista do “econômico” é exageradamente privilegiada, esquecendo-se das outras “dimensões

⁷⁰ AGOSTINHO, São. – Confissões. Tradução portuguesa. Ed. PORTO, 1981. Cap. XI – p. 304.

humanas”: psicológicas, espirituais, religiosas, etc.

O espaço humano – do ser – não é um dado a priori, ele é sempre construído, estando, assim, destinado a sofrer variadas transformações. Se é válido admitir que “o Lugar é uma parte do ser”⁷¹, isso corresponderia a considerar que a construção do espaço cotidiano acompanha a construção do ego. O espaço do Homem, ou seja, o imaginário do indivíduo e aquele do coletivo na realidade social deveriam estar em sintonia, devendo o primeiro estruturar o segundo. Gaston Bachelard, em sua obra *A Poética do Espaço*, assinala que “os espaços de nossa intimidade – já que aprendemos a morar em nós mesmos a alma é uma mansão, a mansão interior – são (ou deveriam ser) mais importantes do que os espaços sociais”.

A sociedade humana – ou melhor dizendo, os grupos dominantes – há muito subverteu o espaço cartesiano. Desde o século XIX emergiram as novas geometrias não euclidianas (Riemann, Lobachevski, Bolegai), postulando espaços n-dimensionais. Não se trata mais do espaço físico, tri-dimensional. Priorizou-se que o homem (indivíduo humano) está mergulhado nas imposições sociais e suas trocas econômicas. Transpostos os limites individuais o homem está condenado a submergir nas coisas, objetos, artefatos técnicos, numa indiferenciação do eu e do não-eu. Daí decorreria, em grande parte, as patologias psicológicas, o desencanto do mundo, por parte do Homem. E as tremendas desigualdades entre as sociedades, nos jogos do poder mundial, cada vez mais condenados a essas desigualdades.

A Geografia, vista como capacitada a entender as intimidades entre a Sociedade e a Natureza, nesses momentos de grandes crises, poderia adquirir foros de “aplicabilidade” como uma “Medicina da Terra”.

O geógrafo seria um estudioso, um profissional dotado a essa missão graças a sua faculdade de possuir aquele “olho armado” de que nos falava o poeta Murilo Mendes, capaz de penetrar no domínio do jogo de relações graças aos quais se configuram na superfície terrestre aquelas “unidades espaciais” (paisagens, lugares, regiões, geossistemas). O “olho armado” do geógrafo seria um pré-requisito basililar e primário capaz de enfrentar as dicotomias e jogos de contraste que se apresentam como expressões de realidades básicas e não como maldições intrasponíveis a decifrar. A suposta “maldição” de confrontar o homem e o seu meio

(sociedade e natureza) associa-se às oposições dia-noite, sol-chuva, frio-quente ... vida-morte, numa complementariedade que sob a passagem do tempo, e expressando-se diferentemente nos espaços, revela, exibe o trabalho do homem em ordenar, afeiçoar a obra da natureza, supostamente caótica em seu/s cosmo/s.

E os lugares do homem, em suas diferentes configurações, tradicionalmente vistas como “regiões” – associemos este vocábulo à idéia básica do que perseguimos sob diferentes vieses – não são objeto de preocupação apenas para os geógrafos, no campo científico, pois que são facilmente identificáveis no domínio das artes, como a literatura onde o “regionalismo” é uma exaltada categoria⁷². Tampouco devemos esquecer de que no campo das crenças sociais, notadamente naqueles de Antropologia e Sociologia, as compartimentações regionais são de inestimável importância.

E quando encontramos entre os críticos literários – ainda aproveitando a contribuição dos anglófonos – assertivas tais como aquela segundo a qual: “longe de ser arcaico e reacionário o regionalismo pertence ao futuro” (ODUM & MORE, 1938) e mais aquela: “O regionalismo, apesar de suas origens locais, é sempre universal” (HERBERT READ, 1957)⁷³, assertiva essa que pode ser, com sucesso, transposta do campo das Letras (arte) para a Geografia (ciência) sobre a universalidade dos processos (monotéticos) malgrado a diversidade dos resultados (idiográficos) das regiões, o “excepcionalismo” que tanto preocupou Schaffer e os quantitativo-teoréticos não se configura como pecado de lesa ciência como queriam eles.

A proclamação da Geografia como “ciência social”, que descartaria a abordagem da natureza entre nós pelos exacerbados autores de uma Geografia Humana, já está mostrando consequências daninhas. Neste final de 2004, andam circulando pelo correio eletrônico aflitos apelos de colegas geógrafos⁷⁴ contra medidas restritivas à sua atuação profissional intentadas pelo CONFEA, através de uma revisão (Anexo II da Resolução

⁷¹ Não se veja apenas nas regiões manifestações de relacionar Geografia e Literatura como em POCOCC, Douglas C.D. 1981 (Editor). *Humanistic Geography and Literature*. London, Croom Helm Ltd, não se devendo esquecer aquelas bem mais recuadas como por exemplo – para ficar entre os anglófonos – em ODUM, H.W. & MOORE, H.E. *American Regionalism – a cultural historical approach to national integration*. New York, Longmans, 1938.

⁷² READ, H. *The Tenth Muse: essays in criticism*. London, Routledge & Kegan Paul, 1957.

⁷⁴ Tal é o caso da mensagem lançada em 07.02.2005 pela colega Carmen Lucia V. Midaglia, geógrafa atuando na CETESB de São Paulo, num veemente protesto dirigido ao Sr. Wilson Lamp, presidente da CONFEA (carmeni@cetesb.sp.gov.br).

1010), retirando das atribuições dos geógrafos tratar de temas tais como: cartografia temática (inclusive digital), meio ambiente, climatologia, hidrografia e pedologia.

Tais medidas são uma claríssima conseqüência da atuação dos geógrafos do Humano (ciência eminentemente SOCIAL) que insistem na eliminação da temática natural do objeto da Geografia. Resta-nos esperar que não demore muito para que os sociólogos venham impugnar o direito dos geógrafos tratarem de temas tais como gênero, prostituição e outros problemas sociais com franca recepção por geógrafos do Humano.

Não deve ser esquecida também a lenta mas progressiva insistência em retirar da Geografia, como veículo de educação (disciplina de ensino básico e médio), o conteúdo natural em proveito de um conteúdo social que vise a preparação de cidadãos conscientes.

Tais fatos, tanto em nível de investigação científica quanto de aplicação pedagógica, são tanto mais chocantes quanto os vemos propostos num país de enorme extensão e complexidade como o nosso Brasil, onde não se pode reparar nossa condição básica de tropicalidade e de subdesenvolvimento, de tal modo intrincados que não se podem separar os problemas ambientais daqueles sociais (socioeconômicos).

Resta-nos esperar que a nova geração de geógrafos, em plena travessia dessa grande crise histórica, saiba conduzir a produção das novas geografias do futuro a bom termo.

E que nos seja permitido - aos velhos geógrafos - alertá-los para o fato de que um compromisso para enfrentar a modernidade em cuja soleira estamos penetrando não considere o passado - em suas boas aquisições - como algo inútil e descartável, pois que ele também já foi um futuro anterior.

